



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682508 - SP (2021/0233549-4)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : HENRIQUE MARTINS DE LUCCA  
**ADVOGADO** : HENRIQUE MARTINS DE LUCCA - SP388500  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KAUE ROBERTO LIMEIRA DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : GUILHERME RIMBANO MENEGHEL  
**CORRÉU** : JEFFERSON CANDIDO ANDRADE  
**CORRÉU** : WENDERSON MENDONÇA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAUE ROBERTO LIMEIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2166978-98.2021.8.26.0000).

O paciente é réu na ação penal n. 1502689-02.2020.8.26.0564 e, no dia 16/07/2021, durante a audiência de instrução, teve indeferido o pedido para que "*fossem seguidos os procedimentos previstos no artigo 226 do CPP, em especial em seu inciso II, para garantir que o reconhecimento realizado pelas vítimas fosse procedido de acordo com a lei penal vigente*" (fl. 4).

O impetrante sustenta que o reconhecimento de pessoas deve observar o referido procedimento, cujas formalidades constituem garantia mínima para quem se vê na condição de suspeito da prática de um crime, não se tratando de mera recomendação do legislador.

Afirma que a inobservância de tais requisitos formais vai ensejar a nulidade da prova produzida, contaminando toda a ação penal.

Esclarece que a apontada flagrante ilegalidade seria apta a autorizar a mitigação do enunciado sumular n. 691/STF.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal nº 1502689-02.2020.8.26.0564, até o julgamento do mérito deste *writ*. No mérito, postula pelo reconhecimento da nulidade apontada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.  
TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA.  
FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE  
MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE  
INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA

N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *mandamus* originário, assim se manifestou (e-STJ fl. 19/21):

*A medida liminar em habeas corpus, que inexiste legalmente, só vem sendo admitida quando motivar-se na manifesta ilegalidade do ato ou no abuso de poder da autoridade, detectáveis de plano por intermédio do exame sumário da inicial e dos papéis que a instruem, o que, sopesados os elementos aqui trazidos a conhecer, não sucede no caso em testilha. A despeito dos respeitáveis argumentos expendidos na impetração, as circunstâncias de fato e de direito retratadas preliminarmente não autorizam a concessão da liminar, pois não se vislumbram o fumus boni juris e o periculum in mora ensejadores da medida ora alvitrada. Ora, o indeferimento impugnado encontra-se suficientemente fundamentada, ainda que de forma concisa, dela se podendo extrair as razões de convencimento que levaram à conclusão adotada e não evidencia, a menos à primeira vista, ilegalidade ou arbitrariedade flagrantes (vide termo de audiência fls. 05/09). Por fim, não é necessário destacar a impossibilidade de admitir-se pela via provisória da decisão liminar a pronta solução da questão de fundo, máxime se a medida não se presta a antecipar a tutela jurisdicional aqui postulada, a tornar imprescindível a análise cuidadosa de fatos concretos e documentos, adequada à ampla cognição da Colenda Turma Julgadora.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência